

O discurso que deveria ser repetido hoje 20 JUL 1985

Passados pouco mais de 120 dias de sua investidura no cargo, o presidente José Sarney fará esta noite o seu primeiro pronunciamento importante à Nação.

A oportunidade seria ótima para que sua excelência definisse, afinal, ao menos alguns dos instrumentos que lhe permitiriam começar realmente a governar. Anunciar o seu próprio Ministério, por exemplo, seria de mais valor para tranquilizar toda a Nação ou para esclarecer, mais nitidamente do que com quaisquer palavras de que se possa utilizar, qual é, afinal, o rumo que pretende imprimir ao seu governo. Mas parece que ainda não é desta vez que será dado esse primeiro passo. A propósito, vem a calhar uma paráfrase sobre a famosa asserção do general de Gaulle: "Quanto ao Exército, braço armado do Estado, é preciso haver Estado". Do mesmo modo, quanto ao Ministério, linha de frente da assessoria do presidente, é preciso haver presidente...

Aliás, esta é uma pergunta que continua na cabeça de todos os brasileiros: afinal, que diabos pretendia fazer o dr. Tancredo Neves com este Ministério que nomeou? E, segundo afirmam fontes da intimidade do presidente Sarney, essa também tem sido a charada que mais o intriga, na solidão do Palácio da Alvorada. A resposta não nos parece tão difícil assim. Se há uma coisa de que o dr. Tancredo tinha uma consciência aguda era que, num regime como o nosso, mesmo sem o autoritarismo institucionalizado da Velha República, o presidente tem força de sobra para manobrar como lhe aprouver um Ministério e até para muito mais do que isso. Em primeiro lugar, porque é o presidente que nomeia e demite ministros...

Sabendo das armadilhas que iam resultar para sua ação dos muitos nomes que teve de escolher para o seu Ministério pela necessidade de composição política para eleger-se, ele até mencionou especificamente o problema no histórico discurso aos ministros, que acabou sendo lido pelo então vice-presidente José Sarney. Do alto de sua experiência, Tancredo sabia que o necessário para determinar o êxito ou o malogro de sua missão num país afogado na crise econômica em que estava — e está — o Brasil era uma condução firme da política econômica. E foi pensando nisso que colocou no posto-chave da administração econômica o seu próprio sobrinho, Francisco Dornelles, que, sob sua orientação, já se vinha preparando há muito tempo para cumprir diretrizes muito específicas, com vistas à luta contra a inflação, ao saneamento das finanças públicas, ao combate ao processo desenfreado de estatização e à política a ser seguida em relação à dívida externa. São essas mesmas orientações e diretrizes que o ministro Dornelles defende até hoje. Quanto ao problema criado pelo governador Montoro e outros representantes do PMDB que lhe impuseram o ministro João Sayad para a Pasta do Planejamento, Tancredo sabia como resolver. Contava com sua autoridade, com sua popularidade e com a má reputação da própria pasta para, simplesmente, esvaziá-la, dando-lhe um papel secundário. Tudo isso estava muito claro no discurso aos ministros: "Não abrirei mão da posição de condutor da política econômica do País e não permitirei

que o Ministério se divida em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos. No meu governo, todos, absolutamente todos os ministros e dirigentes de empresas públicas, terão que estar igualmente comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas".

Mas se, do alto de toda a sua autoridade e popularidade, Tancredo achou que a ameaça de desunião dentro do seu Ministério merecia as advertências firmes que compuseram toda a primeira parte de seu discurso, precedendo, na sequência de sua exposição, até ao anúncio dos primeiros traços do seu plano de governo, concluiu-se que a sua substituição por um presidente congenitamente fraco só poderia resultar nestes quatro meses de hesitações e indefinições em que resultou. Quatro meses, porém, já é tempo suficiente para ir procurar força própria, formando seu próprio Ministério.

Somente sem um presidente forte é que o ministro Sayad pode ser o ministro de um grupo do PMDB e não um ministro do governo; somente sem um presidente forte é que o ministro Nelson Ribeiro pode ser o ministro da "igreja progressista brasileira" e não um ministro do governo; somente sem um presidente forte é que o ministro Almir Pazzianotto pode ser o ministro de uma classe e não um ministro do governo...

E somente em um Ministério em que cada cabeça é uma sentença e em que as políticas delas emanadas traduzem fielmente esta falta de harmonia é que puderam ir por água abaixo alguns dos preceitos básicos fixados taxativamente pelo presidente Tancredo, naquele histórico discurso, tais como: "É proibido gastar"; "Não pode haver desenvolvimento se não for controlado o processo inflacionário"; "É indispensável (para isso) que o governo faça a sua parte, melhorando a produtividade dos seus gastos"; "O governo não deve anunciar planos de impacto, novos programas e novas obras antes de fazer de imediato um levantamento da situação financeira do setor público, e despesas não devem ser autorizadas sem que se determine, previamente, a correspondente receita"; "Ao governo caberá essencialmente o papel de

indutor do desenvolvimento. A iniciativa privada e empresarial caberá ocupar os espaços vazios ainda existentes e a ampliação desses espaços", etc. Neste Ministério que não é do presidente, do cada um por si, o que tivemos foi, em vez disso, a estatização do Sulbrasileiro; os diversos "trens da alegria", que não pararam de correr desde o primeiro dia do novo governo; um pacote econômico em que, mais uma vez, joga-se o preço da correção dos desajustes provocados na nossa economia pelos descabros financeiros do aparelho estatal sobre as costas da iniciativa privada; um sofrimento artificial na velocidade da inflação, enquanto as suas fontes alimentadoras permanecem intocadas (veja-se o "plano de desestatização" que o ministro Sayad anunciou na semana passada...).

O presidente Sarney, que se tem limitado a olhar apenas para muito perto de si mesmo, julga-se um homem só e sem apoio. Isso é verdade, dentro dos limites desse círculo para o qual está olhando. O próprio Tancredo Neves não esperava coisa muito diferente dos que estão dentro desse limite. Mas sabia onde buscar a força com que legitimar seus atos, caso lhe fosse negado apoio

pelos políticos. "Não terei qualquer hesitação em esclarecer a opinião pública sobre as dificuldades que teremos para resolver nossos problemas", dizia ele no mesmo discurso aos ministros. "O povo entenderá que há uma diferença entre o que o presidente quer fazer e o que ele pode fazer, especialmente nesta fase de recursos escassos, de déficits nas contas internas e externas, de limitações de toda a espécie. Não temos receio das responsabilidades. Não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos, de classes ou de quaisquer parcelas da sociedade, para assegurar o bem comum e a proteção dos interesses maiores da Nação."

Buscar, pelo apelo ao bom senso dos brasileiros, a força com que fazer o que interessa a todos eles parecia a Tancredo Neves, com toda a sua experiência, um modo mais seguro de obtê-la do que fazendo concessões aos seus inimigos declarados. Esperemos que neste discurso o presidente Sarney mostre que o exemplo de Tancredo não se perdeu. E, se mostrar, pode contar tranquilamente com todo o apoio de que necessita.